

Foi um dia de despedidas e emoções no Congresso. E um discurso forte: o do deputado federal Alencar Furtado (PMDB-PR), que fez sua reestreia na tribuna da Câmara com um pronunciamento quase tão ou mais contundente do que aquele que lhe valeu a cassação do mandato, em junho de 1977, pelo então presidente Ernesto Geisel.

A despedida foi do senador José Richa, eleito pelo PMDB para o governo do Paraná. Ele propôs uma trégua política e sugeriu a união das forças políticas e sociais do País em torno de um programa de emergência baseado nos pontos principais do programa do PMDB: convocação de uma Assembleia Nacional-Constituinte, restabelecimento de eleição direta para presidente da República e participação popular nas decisões de pôder.

José Richa, embora qualificando a tese de conciliação defendida pelo presidente Figueiredo de utópica — não seria aceita, por ser vaga e indefinida, nem em tempo de guerra —, usou um tom moderado para sua despedida. E desencadeou um momento de grande emoção ao incluir em seu discurso uma homenagem ao ex-senador Teotônio Vilela, que estava na bancada de imprensa em companhia do senador Severo Gomes.

Todo o plenário se emocionou quando o senador Nilo Coelho, presidente do Senado, interrompeu o discurso de Richa para convidar Teotônio, "como senador da República", a tomar assento em plenário. Ainda acompanhado por Severo Gomes, Teotônio Vilela dirigiu-se ao recinto sob os aplausos dos senadores e das galerias.

Hoje será a vez de Tancredo Neves, novo governador de Minas, despedir-se. E amanhã, a vez de Franco Montoro, que governará São Paulo. Segundo fontes políticas, espera-se de Tancredo uma fala mais voltada a temas políticos, e nela será deixada a porta aberta para a possibilidade da negociação e do consenso. De Montoro espera-se um pronunciamento preso mais a aspectos econômicos do País.

Ontem, em sua despedida, José Richa lembrou que a falta de credibilidade do governo, notadamente da equipe econômica, constitui um dos pontos mais graves da crise brasileira. Homenageou a classe trabalhadora, que definiu como a parcela da população mais sacrificada pela crise econômica, e exortou o governo a assumir mais austeridade na administração, restaurando princípios como dignidade, respeitabilidade, zelo à coisa pública e moralidade administrativa.

A palavra de Furtado

Foi um discurso veemente e emocionante, no qual o deputado paranaense lembrou a morte do filho, assassinado por um policial em plena campanha eleitoral, e fez um

OPMDB na tribuna: veemente e moderado.

**Alencar Furtado,
na Câmara, atacou o
governo. José Richa,
no Senado, preferiu
apontar os termos
para uma trégua.**

balanço dos 19 anos de governo militar desde o movimento de 1964. Furtado afirmou que a mentira se oficializou, classificou o governo de "pinóquio" e propôs o congelamento da dívida externa por cinco anos e nacionalização dos bancos.

"Nesses 19 anos de prepotência", disse, "Atos Institucionais rasgaram Constituição e violaram direitos. Portarias e decretos, subversivamente, revogaram leis. Imperou a anarquia jurídica em nome da superlegilidade; e a liberdade não era apenas palavra, mas algo proibido. Sem nenhum pudor, substitui-se ainda hoje a Lei de Imprensa pela de Segurança Nacional contra jornalistas e operários."

"Em 19 anos comandaram o Brasil desgovernadamente. Implantaram a inadimplência econômica e a filosofia entregista, sendo a corrupção e a mentira bandeiras içadas no topo do poder. A mentira assumiu o governo. Oficializaram-na. É ministerial. O governo descreditou-se (...) Esse governo-pinóquio que o descrédito aviltou adota o duplipensar de George Orwell, que é a consciência da verdade ao exprimir mentiras, ou a defesa simultânea de duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e, ainda assim, acreditando em ambas."

"Aniversariam este mês", continuou, "quase duas décadas de arbitrio. Mataram. Torturaram. Cassaram. Exilaram. Por que tudo isso? Porventura a fome foi banida? O desemprego acabou? A inflação foi combateda? O endividamento cessou? A corrupção foi extinta? Desgraçadamente, não."

Em outros trechos, Alencar Furtado disse que "o governo brasileiro é, a despeito da sua superestimação, a incapacidade

mais ousada e a incompetência mais fecunda". O presidente, segundo ele, "numa arrogância a fazer inveja a Luís de França, proclama: 'O sistema sou eu'. E assim, narcísico e absolutista, onipotente e reino, candidata-se, no seu desvario à suplêcia de Deus". E acrescentou: "Um presidente sem voto pode ser administrador, mas não será presidente; pode representar as Forças Armadas, mas não representa o povo".

Alencar Furtado começou o discurso dizendo que o povo lhe devolveu a tribuna, enquanto quem cassou seu mandato "entrou na história da crônica policial, pelos atentados aos direitos humanos, e nos milhões da Norquiça pelo interesse das multinacionais". Mais adiante, aludindo às "violências" praticadas nesses 19 anos, disse que "ainda hoje a polícia mata populares e deputados". E, emocionado, e sob aplausos de seus colegas de bancada, disse que lhe sangrava a alma fazer essa denúncia por ver nela envolvido o filho Heitor Alencar Furtado.

Alencar citou vários escândalos e irregularidades administrativas. Quitou-se uma dívida do grupo Delfin, no valor de 77 bilhões de cruzeiros, segundo ele, com um terreno que vale nove. "Constatamos, numa só picaretagem oficial, o lucro fácil, redondo e generoso de 68 bilhões de cruzeiros, enquanto toda a verba do Ministério da Saúde é de 58 bilhões."

O Banco do Brasil, prosseguiu, "pagou 8,5 bilhões de cruzeiros por um prédio cuja construção ele mesmo havia financiado, deixando aos vendedores um lucro de 80%". "Quem não sabe que para a construção de Angra III venceu a concorrência quem cobrou 12 bilhões de cruzeiros a mais que a empresa que perdeu? E quem responderá pelos bilhões de dólares investidos no reator de Angra I, condenado nos Estados Unidos e que dificilmente será ativado pelos riscos fatais dos vazamentos?"

Mencionou também os "setores intocáveis", para ele responsáveis por atentados terroristas contra a OAB, o incêndio da Tribuna da Imprensa, pela bomba do Rio-centro, pela "bomba do Rio-voto da Proconsult". O "escândalo da mandioca", continuou, está aí, quase esquecido; os prejuízos da Capemi "serão socializados para o povo pagar"; e o SNI, gastando milhões de cruzeiros como se fossem seus, e investindo numa revista falida, operação que se liga à morte de Baumgarten".

Suas críticas alcançaram também os setores mais moderados das oposições: "Temos o Brasil hipotecado, a independência comprometida, a soberania ameaçada. O momento é maior. Não se presta ao jogo dos chamados presidenciáveis, nem à tolerância charmosa de parte da oposição, na sua postura brejeira, enamorada com o poder".